

NOTAS DE PESQUISA SOBRE FORMAÇÕES FAMILIARES E TRAJETÓRIAS DE MOBILIDADE SOCIAL DE AFRICANAS NO RIO DE JANEIRO DA VIRADA DO XVIII E INÍCIO DO XIX (IGUAÇU E JACUTINGA)Moisés Peixoto¹**RESUMO**

O artigo enfatiza a possibilidade de mobilidade social de mulheres escravas, sobretudo africanas, em áreas rurais da sociedade colonial/imperial. Frisa também as formações familiares existentes e os relacionamentos engendrados por elas a fim de se protegerem diante das agruras da escravidão. Igualmente, salienta a importância da mulher nas relações familiares e detecta sua preponderância no que tange ao estabelecimento de redes de relacionamentos, inclusive sexual-afetivo. Como suporte para as assertivas aludidas examinou-se alguns fragmentos das trajetórias de Custódia de Souza e Joana de nação. Detectou-se que ambas as cativas fizeram uso dos recursos que tinham para ascenderem socialmente: uma pelo viés do parentesco ritual e do trabalho nos engenhos de farinha da região, enquanto outra escolheu contrair um relacionamento sexual-afetivo com seu senhor, sem que negasse também a importância do parentesco e do trabalho. Deste modo, pôde se inferir que a mobilidade social em regiões rurais era possível e estava para além do comércio, no sentido *lato*, como é tão focado em áreas urbanas.

Palavras-chave: mulher escrava; formações familiares; mobilidade social.

¹ Doutorando em História pela UFRJ. Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias-FEUDUC. Agradeço a Cacilda Machado, Roberto Guedes, Márcio Soares e Nielson Bezerra, pois, em momentos diferentes, leram e teceram críticas construtivas ao presente artigo.

ABSTRACT

The article emphasizes the possibility of social mobility of slave women, especially African women, in rural areas of the colonial/imperial society. Also, stresses the existing family formations and relationships engendered by them in order to protect themselves before the bondage of bitterness. Also, stresses the importance of women in family relations and detects their preponderance in relation to the establishment of social networks, including sexual-affective. As support for the statements alluded examined whether some fragments of Souza Custody trajectories and nation Joan. It was found that both captives made use of the resources they had to ascend socially: one by the bias of ritual kinship and work in flour mills in the region, while another chose to contract a sexual-affective relationship with his master, without also denied the importance of kinship and work. Thus, it might be inferred that social mobility in rural areas was possible and was beyond trade in the broad sense, as is so focused on urban areas.

Keywords: slave women- family backgrounds- social mobility

No dia 9 de dezembro de 1801, no oratório da fazenda São José do Rato, em Jacutinga, ocorreu o batismo de Bernardina, filha de custódia, escrava de Antônio de Pina. Em 23 de dezembro de 1813, na matriz de Piedade de Iguaçu, o vigário Miguel de Azevedo derramou os santos óleos em Inácia, filha de Joana de nação, escrava de Francisco da Costa Vieira – que naquele momento libertou-a *“como se de ventre livre nascesse”* (ACDNI-LBEPI/STOJ, 1790-1813).

Apesar de ser uma cerimônia recorrente entre livres, libertos e escravos, os batismos acima trazem consigo fragmentos das trajetórias de êxitos das escravas africanas Custódia e Joana de nação, em Jacutinga e Piedade de Iguaçu.

Jacutinga e Piedade de Iguaçu são duas freguesias localizadas no recôncavo do Rio de Janeiro. A ocupação da região ocorreu às margens e ao longo dos rios. Segundo Antônio Jucá, as freguesias do Recôncavo da Guanabara no ato de suas fundações visavam proteger a cidade do Rio de Janeiro contra invasores e abastecê-la. Para isso, o território foi dividido em sesmarias e distribuído entre aqueles que pegaram em armas na luta contra os invasores franceses em nome do rei e da fé (SAMPALIO, 1994, pp. 10-11). Conseqüentemente à divisão do território, foram surgindo ao longo dos rios portos, capelas e, depois, as freguesias. As capelas construídas nos arraiais, após o crescimento davam lugar à Igreja Matriz, que organizava a vida religiosa de seus fregueses, registrando nascimentos, casamento, óbitos e outros acontecimentos (BEZERRA, 2010; SOUZA, 2014).

A importância dos rios para as duas freguesias em questão, como para todo o recôncavo, perpassou do século XVI ao XIX. Os principais rios de Iguaçu eram: Meriti, Iguaçu, Pilar e Sarapuí. Em Jacutinga, eram Cachoeira, Riachão, D'ouros e Santo Antônio do Mato (ARAUJO, 1945, p. 57). No entanto, não obstante a importância da bacia hidrográfica da região, desde o século XVIII, com o *boom* da mineração e, no XIX, com o café no vale do Paraíba; foram abertas estradas ligando o Rio de Janeiro a estas regiões (PERES, 2000, p.15; BEZERRA, 2008, pp. 28-35).

Na esteira deste crescimento comercial e demográfico, há que se atentar para as múltiplas possibilidades de ocupações escravas nestas freguesias. Percebe-se isso, pois, mesmo sendo áreas rurais de produção de alimentos, há alta porcentagem da população composta por escravos (Quadro 1).

Quadro 1 - Demografia das freguesias ao fundo da Baía da Guanabara

Freguesias	1789/89					1821				
	Livres	%	Cativos	%	Total	Livre	%	Cativos	%	Total
Marapicu	902	49,5	919	50,5	1821	1708	40,6	2494	50,4	4202
Jacutinga	1404	39,6	2138	60,4	3540	1274	34,4	2426	65,6	3700
Meriti	638	39,5	978	60,5	1616	696	30,7	1568	69,3	2264
Iguaçu	963	44,0	1219	56,0	2182	1914	46,0	2253	54,0	4167
Pilar	2027	52,0	1868	48,0	3895	1958	44,8	2414	55,2	4372
Total	5932	45,4	7122	54,6	13054	7550	40,3	11 155	59,7	18 705

Fonte: "Mémorias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para Uso do Vice-Rey Luiz de Vasconcelos". In: RIHGB tomo XLVII, p. 17, e RIHGB, tomo XXXIII.

Jacutinga, à época da alforria dos filhos de Custódia, possuía mais de 60% de sua população formada por escravos; Piedade de Iguaçu oscilou, no início da terceira década do século XIX, de 56% para 54%. Pelas liberdades concedidas? Também, aliás, neste período, os filhos de Joana também receberam a alforria. Assim, passam a fazer parte da massa de libertos que habitavam nas duas freguesias. Através do quadro acima, deve-se ressaltar que a população escrava era atinente com a grande entrada de africanos no porto carioca e, por conseguinte, que os senhores do Recôncavo da Guanabara recorriam a este mercado para abastecerem suas escravarias (FLORENTINO & GOÊS, 1997, pp. 48-50; BEZERRA, 2010, pp. 60-83.). No entanto, apesar de apresentar a predominância da população escrava em Iguaçu e Jacutinga, o quadro não dá conta das relações sociais da população cativa. Portanto: Como viviam e estabeleciam relações matrimônios?

Para tal, recorri à redução da escala de observação e utilizei as fontes paroquiais, que são massivas, reiterativas e possibilitam ao pesquisador analisar a complexidade e a realidade social (REVEL, 1998, p. 20). Com os livros de batismos das duas freguesias da virada do setecentos para o oitocentos, apurei alguns aspectos desta população escrava que as estatísticas administrativas não revelam e que nos é útil para entendermos o contexto social de Joana e Custódia. Logo de início, percebe-se que, concomitante à grande quantidade de escravos, estavam às formações familiares que, em Iguaçu e Jacutinga, como alhures, eram recorrentes no seio das escravarias, pois, de um total de 1.523 inocentes batizados em Jacutinga, entre 1790 e 1807, 1.472 mães estiveram presentes na hora do batismo. Destes inocentes, 645 (45.8%) eram filhos de mães casadas, outras 457 (31.1%) eram de mães solteiras, e para 340 (23.1%) não há identificação do estado matrimonial. Portanto, 797 (56.2%) mães não tinham relacionamento sancionado pela Igreja. Como se sabe, poderiam ser relações não sancionadas pela Igreja, mas, quiçá, de importância para os cônjuges (CASTRO, 1998, pp.61-80). Ou outros impedimentos.

Em Piedade de Iguaçu, entre 1796 e 1813, foram realizados 1.276 batismos de escravos, com 1.217 mães presentes, 472 (38.7%) casadas de acordo com os ditames da Igreja, 43 (3.6%) eram solteiras, e 702 (57.7) registradas pelos párocos sem a identificação do estado matrimonial. Percebe-se, tanto em Iguaçu como em Jacutinga,

a recorrência de relações não sancionadas pela Igreja e, conseqüentemente, o nascimento de muitos filhos naturais. Havia impossibilidades dos progenitores estarem presentes e/ou reconhecerem paternidades? Talvez. Decerto, possíveis, outras implicações por se desvendar contribuíram para o alto índice de nascimento fora do sagrado matrimônio e, neste caso, deve-se considerar que as mulheres aproveitaram os recursos disponíveis para se protegerem diante das incertezas vigentes, e estabelecerem relacionamentos sexual/afetivo que redundassem em mobilidade social. Joana é um exemplo parcial disso.

Quadro 2-Estado matrimonial das escravas: cor/naturalidade, Iguazu (1796-1813)

Mães	Africanas	Pretas	Crioulas	Pardas	Cabras/mulatas	SICP	%	Totais E. M
	Mães	Mãe	Mães	Mães	Mães	Mães		
Casadas	11	3	5	1		452	38.7	472
Solteiras	4		6			33	3.6	43
SIEM	27		28	9	8	630	57.7	702
Totais por segmento social	42	3	39	10	8	1.115	100	1.217

Sem identificação do estado matrimonial (SIEM); Sem identificação de cor/procedência (SICP) Livro de batismo de escravos da Freguesia de Piedade de Iguazu entre os anos 1797-1812. ACDNI. Obs. As designações mencionadas procedência e cor/condição social, no quadro, foram encontradas nos registros de batismo.

Quadro 3-Estado matrimonial das escravas: cor/naturalidade, Jacutinga (1790-1807)

Mães	Africanas	Pretas	Crioulas	Pardas	Cabras/mulatas	SICP	%	Totais E. M
	Mães	Mães	Mães	Mães	Mães	Mães		
Casadas	344	15	123	27	2	164	45.8	675
Solteiras	155	12	178	50	11	51	31.1	457
SIEM	112	20	82	45	12	69	23.1	340
Totais por segmento social	611	47	383	122	25	284	100	1.472

Sem identificação do estado matrimonial (SIEM); Sem identificação de cor/procedência (SICP) Livro de batismo de escravos da Freguesia de Jacutinga entre os anos 1790-1807. ACDNI. As designações mencionadas procedência e cor/condição social, no quadro, foram encontradas nos registros de batismo.

Em Jacutinga, de acordo com os batismos analisados, as africanas foram as que mais casaram, sendo 344 (23,3%) das mulheres que foram às igrejas batizarem seus filhos. Custódia, por exemplo, casou duas vezes. A vida em cativo para os escravos recém-chegados requeria estabelecimento de laços e proteção. Por outro lado, em Iguçu, as mulheres sem identificação de cor e procedência, que a meu ver eram de segunda e terceira gerações no cativo, foram as que tiveram predominância nos relacionamentos sancionados pela Igreja Católica, 452 (37.1%). Talvez por isso, Joana não tenha se casado; quiçá, o *mercado matrimonial* em Iguçu tenha sido controlado pelas escravas nascidas no âmbito da sociedade colonial. Outrossim, no que tange aos estados matrimoniais das mulheres em Piedade de Iguçu e Jacutinga, as semelhanças são compreensíveis. Como mencionado, Jacutinga possuía, em percentual, a segunda população escrava das cercanias do Recôncavo da Guanabara, atrás apenas de Meriti, enquanto Iguçu ficava atrás de Meriti, Jacutinga e Pilar (Quadro 1). Assim, os livros de batismos das duas freguesias apontam para, de maneira coerente, maior quantidade de casamentos de mulheres escravas em Jacutinga e das mulheres sem identificação de cor e procedência em Iguçu. Seja como for, deve-se frisar que, não obstante as africanas terem mais relações sancionadas pela Igreja em Jacutinga e as mulheres “sem cor” em Iguçu, o casamento não necessariamente era o único viés de mobilidade social. Havia outras possibilidades de ascensão social; como o compadrio e outras redes de relacionamentos, inclusive o sexual-afetivo. Neste caso as mulheres saíam em vantagem.

Aliás, quanto ao sexo da população, mais uma vez, recorri às fontes paroquiais. Acredito que os livros de batismo das duas freguesias permitem-me avaliar a proporção entre os sexos. Somando, pais, mães, padrinhos e madrinhas, chega-se ao total de 3.293 pessoas em Iguçu, e 4.782 em Jacutinga (ACDNI-LBEPI/STOJ, 1796-1813). Deste total, em Iguçu, 1.879 eram mulheres, ou seja, 57.1% da população, ao passo que, em Jacutinga, 2.573 eram do sexo feminino, o que representa 53.8% da população. Apurei, também, 125 testamentos das duas freguesias da virada do XVIII para o XIX que arrolavam 577 cativos; 272 (47.1%) eram mulheres (LOJI-1780-1840). Ademais, no relatório provincial de 1851, Piedade de Iguçu e Jacutinga – as duas pertencentes à Vila de Iguçu –, de 3.524 habitantes em Piedade de Iguçu, 1.737

eram mulheres, ou seja, 49.3%. Em Jacutinga, dos 2.325 habitantes 1.174 eram mulheres, o que representa 50.5% da população (RPRJ-1851). Em que pese à ausência de muitos pais nos momentos das cerimônias batismais nas freguesias perscrutadas por esta pesquisa, as mulheres, realmente, estavam presentes em grande número, pelo menos é o que os livros de batismo, os testamentos e o relatório provincial têm apontado.

Pelo exposto, tendo a concordar com a historiografia quando afirma que em regiões rurais de produção de alimento a proporção entre os sexos era quase inexistente (BACELLAR, 2001, pp. 187-199). Discordo, entretanto, dos óbices impostos à mobilidade social em áreas rurais por uma parte da mesma.

Destarte, presumo que a dinâmica social passava pela atuação destas mulheres em diversas esferas nas duas freguesias. E, constata-se, que a ascensão social era real, e que, invariavelmente, passava pelos estabelecimentos de relacionamentos pessoais, familiares, e, muitas vezes, sexual-afetivo.

Quadro 4-Demografia da população escrava de Iguazu (1851)

Freguesia	Pardos		%	Pretos		%	Total
	Homem	Mulher		Homem	Mulher		
Jacutinga	87	71	1.5	1746	1386	28.8	3.290
Marapicu	227	184	3.8	1901	1411	30.5	3.723
Meriti	57	44	0.9	615	519	10.4	1.235
Piedade	94	117	1.9	1326	1069	22.2	2.606
Total	465	416	8.1	5588	4385	91.9	10.854

Fonte: Relatório Provincial do Rio de Janeiro. Ano de 1851. Disponível em www.crl.edu.br. Adaptado de GUEDES, Jordania e GONDRA, José Gonçalves. No Recôncavo da Guanabara. Apontamentos sobre escolas, mestres e alunos na Vila de Iguassú (1838-1860) Revista Educação em Questão, Natal, v. 36, n. 22, pp. 139-162, set./dez. 2009 p. 151.

Ainda sobre os quadros acima, a quantidade de mulheres africanas, sobretudo em Jacutinga, denota a frequente incursão dos senhores ao mercado de escravos e, conseqüentemente, a capacidade destes na aquisição de cativos. Pesquisas recentes têm comprovado a grande quantidade de africanos residentes nas freguesias das

cercanias da Guanabara, sobretudo oriundos da África central. Para Jacutinga, no final do século XVIII, Ana Paula Rodrigues apurou que, entre as mães que levaram os filhos ao batismo, 56.3% vieram da África Central, outras 40.2% eram nascidas na sociedade colonial/imperial, ao contrário de Iguçu, onde 52.9% eram nascidas na sociedade colonial/imperial e 42.7%, vindas dos portos da África Central. Nielson Bezerra, em 45 inventários *post-mortem* de senhores das freguesias do Recôncavo da Guanabara, entre 1780 e 1840, encontrou 682 cativos e, deste total, 41.6% eram da África Central (BEZERRA, 2010, p. 81; RODRIGUES, 2013, p. 75). Desta forma, conclui-se que o Recôncavo da Guanabara estava em sintonia com o tráfico de cativos no período.

Devido a esta sintonia, entre o Recôncavo da Guanabara e a entrada de escravos nos portos do Rio de Janeiro, as relações familiares, rituais ou não, tornavam-se fulcrais para apaziguar as tensões sociais originadas do tráfico (FLORENTINO & GÓES, pp. 171-177). Ademais, a estabilidade da família abria a porta para o reconhecimento social, estabelecia redes de proteção e potencializava, além da ascensão social, a divisão das tarefas cotidianas e melhorias nas condições de vida.

Entretanto, se estar casado era crucial para viver em áreas rurais e à mobilidade social, o que dizer da grande quantidade de famílias matrifocais identificadas acima (Quadro 2 e 3- 57.7% em Iguçu e 54.2% em Jacutinga)? Estavam alijadas da possibilidade de mobilidade social? De fato, não. Aliás, concernente a isto, tendo a concordar com João Fragoso que, em trabalho recente, analisou as freguesias de Jacarepaguá e Irajá no século XVIII, e chamou atenção para as famílias *solitárias*, recorrentes entre as formações familiares. Ressalvou que, provavelmente, elas estavam sob a tutela de uma ou de outro arranjo familiar, pois, dificilmente uma mãe solteira sobreviveria sozinha com uma criança em uma sociedade pré-industrial (FRAGOSO, 2008). Assim, pode-se entrever que, apesar da figura paterna estar ausente, no momento do batismo, senhores, padrinhos e até mesmo os pais, impossibilitados ou não de reconhecerem a paternidade, geralmente agiam de diversas maneiras para a estabilidade e proteção de lares de “mães naturais”. Para as mulheres solteiras e/ou as famílias matrifocais, as relações estabelecidas, inclusive, sexual-afetiva, poderiam abrir a porta para a ascensão social. De uma forma ou de outra, criar redes de relacionamentos era fulcral para sobrevivência diante das agruras do cativeiro, muito mais em áreas rurais do que em regiões urbanas, onde, muitas

mulheres, quase predominantemente ganhavam a vida no pequeno comércio (DIAS, 1984; GOMES & SOARES, 2002, p. 3; FARIA, 2007).

Dentre as possibilidades de se estabelecer relacionamentos horizontais, é necessário frisar, que para muitas mulheres escravas, casadas ou não, o batismo era porta principal para consolidar alianças, proteção e ingresso em outra família – geralmente com *status* superior à sua (SLENES, 1997; FERREIRA, 2000; BRUGGER, 2002; SOARES, 2009). Enquanto que, para os senhores, propiciava distinção social e prestígio, sem que ameaçassem a herança dos filhos na partilha (VENÂNCIO, 2003). Algumas relações familiares, via batismo, permitiam que fossem construídas novas *casas*, e, conseqüentemente, relacionamentos que extrapolavam os laços de sangue (ZONABEND, 1986, p. 13). Até mesmo fazendo com que fidalgos se tornassem parentes de preto (FRAGOSO, 2007).

Deste modo constata-se que, a família, no sentido *lato*, foi, sem dúvida, crucial para os habitantes do Brasil colonial/imperial, e não se pôde prescindir dela. Acima de tudo em áreas rurais (CASTRO, 1998, pp. 61-80; FARIA, 1998). No entanto, como bem asseverou Françoise Zonabend – quando analisou diversas formações familiares em sociedades diversas do mundo moderno e contemporâneo –, ela deve ser apurada em determinada sociedade sem que se busque um modelo ideal e/ou um padrão calcado em ideias evolucionistas. Foi o que procuramos fazer neste artigo. Por outro lado, deve-se buscar, sim, o grupo familiar de referência em determinada sociedade, sem que os demais grupos sejam preteridos (ZONABEND, 1996, p. 14). Parafraseando Jan Kok, o pesquisador não pode ser seduzido pela noção modelar de família e deixar à margem outros conjuntos familiares (KOK, 2007, pp. 203-230). Além disso, as múltiplas formações familiares devem ser analisadas como escolhas diante de situações cotidianas e/ou tradições locais, tanto para as civilizações consideradas “exóticas” no mundo contemporâneo, como para as formações familiares na Europa Moderna, ou mesmo no Brasil colonial/Imperial.

No Brasil, o debate sobre família tem, na década de 1930, sua obra mais proeminente com o sociólogo Gilberto Freyre. O autor pernambucano chamou atenção para a importância da família na colonização, ressaltou o poder do *pater familia* sobre filhos, mulher, agregados e escravos. Na visão do autor, a família patriarcal era o eixo que movia pessoas e, conseqüentemente, possibilitava a interação

entre brancos, negros, pardos e mulatos, misturando-se, mas mantendo as diferenças. Outro ponto salientado por Freyre foram as relações sexuais e/ou afetivas entre senhores e escravas, pelas quais as cativas podiam confraternizar no gozo dos senhores (FREYRE, 1992, pp. 330-440). Desse relacionamento sexual, originou-se a miscigenação racial, que, através dela, nasceriam mestiços bastardos. Deve-se ressaltar, no entanto, que a miscigenação racial típica do Brasil colonial/imperial não era apanágio dos senhores de engenho, mas também de portugueses pobres e outros aventureiros (MACHADO & FLORENTINO, 2005, pp. 367-369). Alguns autores argumentam que estes relacionamentos, quando eram estabelecidos entre senhores e escravas possibilitavam ganhos econômicos e políticos também para os cativos, e não apenas exploração sexual, como asseverou uma parte da historiografia (PRADO JR, 1957; GORENDER, 1992). Coadunado à miscigenação estava a plasticidade das formações familiares, neste caso, como ressaltaram Brugger e Cacilda Machado, as escolhas para os relacionamentos (casamentos e/ou concubinatos) passavam por questões afetivas, hierárquicas e econômicas (BRUGGER, 2002, p. 136; MACHADO, 2008, pp. 141-143).

Na Europa de Antigo Regime, a família era calcada na unidade e hegemonia do *pater* sobre os demais membros, e os interesses individuais eram subsumidos pelos interesses coletivos. Ademais, a ideia de família extrapolava os laços consanguíneos, pois englobava criados e até mesmo os bens (HESPANHA, 1993, pp. 955-967). E o parentesco, com suas terminologias, (pai, mãe, cunhado, cunhada, compadres etc.) moldava as ações dos indivíduos e sugeria para onde ele iria pender em determinadas situações. Algumas sociedades classificavam os parentes em dois grupos: os consanguíneos e os aliados (ZONABEND, 1996, p. 25).

Para o Brasil colonial/imperial, o modelo patriarcal, proposto por Gilberto Freyre englobava na família os cativos e os forros, sobretudo através do parentesco ritual. O modelo proposto por Freyre possibilita também compreendermos as relações familiares e, especificamente, o papel da mulher na família patriarcal. Inclusive como a miscigenação e a “confraternização sexual” com os senhores contribuíram para originar a extensa família patriarcal e seus dependentes (FREYRE, 1992, pp. 399-400) – algumas sem a presença dos pais. A propósito, como ressaltou Ronaldo Vainfas, não se pode confundir patriarcalismo com família extensa, pois, o núcleo familiar composto

de mãe e filho e/ou a ausência dos pais no batismo não significavam que estas famílias estavam alheias ao poder patriarcal (VAINFAS, 1989, pp. 107-119). Sendo assim, independentemente do tamanho e da plasticidade familiar, o patriarcalismo estava presente.

Os arranjos familiares e/ou as relações sexual-afetiva contribuíram para que muitas cativas e egressas do cativeiro conseguissem viver diante das incertezas de uma sociedade escravista, e mesmo obter algum ganho para si e sua prole. Nesta perspectiva, portanto, as trajetórias das africanas Joana e Custódia, corroboram as assertivas mencionadas, pois tinham formações familiares diferentes, mas através das redes de relacionamentos conseguiram mobilidade social. Provavelmente, uma ascendeu pelo viés sexual/afetivo e outra por outros tipos de relacionamentos. Soma-se a isso, que boa parte da historiografia ao analisar a mulher escrava, principalmente as africanas, ativeram-se quase que restritamente ao âmbito urbano, boa parte não atentou para a possibilidade de mobilidade social em áreas rurais (SOARES, 1996, pp. 57-62; FARIA, 2000, pp. 65-92). A meu ver, com enfoques estritamente economicistas, não perceberam que ascensão social em sociedades com traços de antigo regime não necessariamente estava atrelada ao dinheiro (POLANYI, 1980), não que ele não fosse importante. As duas cativas, portanto, nos possibilitam aferir algumas maneiras de se mover nessas sociedades.

JOANA DE NAÇÃO: RELACIONAMENTO SEXUAL/AFETIVO, ALFORRIA E BENS LEGADOS AOS FILHOS

Joana de nação foi escrava de Francisco da Costa Vieira. Ao que tudo indica a chegada de Joana ao Rio de Janeiro, provavelmente, ocorreu no último quartel do século XVIII, período em que a cidade já era, desde a primeira metade do mesmo século, “a encruzilhada do império” e o porto do Rio de Janeiro o de maior entrada de escravos africanos do atlântico (FLORENTINO, 1995; SAMPAIO, 2003). O primeiro registro de Joana de nação como escrava de Francisco da Costa consta de 29 de julho

de 1797, apadrinhando o inocente Antônio, filho de Felícia, e, como padrinho, um cativo de mesmo nome do batizando, todos, escravos do mesmo senhor. Em 21 de fevereiro de 1810, Joana reaparece nas fontes, dessa vez para batizar seu filho, Paulino, pardo, na Matriz de nossa senhora da Piedade de Iguaçu, liberto na pia pelo senhor que reconheceu a paternidade. Em 23 de dezembro de 1813, a mesma escrava leva uma filha para receber os santos óleos, a pardinha Inácia, também registrada como se de “ventre livre nascesse”. Alguns anos à frente, a vez foi do pardinho Vitorino, também reconhecido pelo senhor como filho e liberto na pia (ACDNI-LBLPI, 1812-1826). Após a libertação do pardinho na pia, o senhor também libertou sua mãe. Em seguida Joana teve mais cinco filhos com o senhor: Custódio, Antônio, Francisco, Joaquina e Jacintha, nascidos já em liberdade. Entre o batismo do primeiro filho como escrava (Paulino em 1810) e o último como forra (Jacintha em 1820) passaram-se quase 11 anos de relacionamento, que, além de propiciar a Joana a liberdade, depois do terceiro filho, a fez “mudar de nome”; deixou de ser Joana de nação e passou a ser só Joana, nação era para escravo. E, pelo que se nota, a egressa do cativo, além da alforria, tinha conseguido o reconhecimento social, tendo em vista que deixar de ter a origem africana no nome não era consequência apenas da alforria, mas também de bons relacionamentos e reconhecimento por parte daqueles que faziam os registros, nomeadamente, os religiosos (FARIA, 1998, p. 221; GUEDES, 2013, pp. 339-337).

Infelizmente, não há como precisar se o relacionamento do senhor Francisco da Costa Vieira com Joana (de nação) chegou a ser uma coabitação. Francisco era viúvo de Rosa Joaquina com quem teve quatro filhos legítimos, a saber: Isabel, Joaquim, Francisco e Rita, todos nascidos entre 1782 a 1789. Joaquim faleceu ainda pequeno, Isabel, depois de casada, veio a falecer, mas deixou uma filha de seu matrimônio com José do Espírito Santo, Maria Rita. Francisco e Rita ainda eram vivos no momento da preparação do testamento.

Pelo que foi apurado, não há evidências se a cativa e seu senhor já estavam juntos antes do falecimento de sua esposa, Rosa Joaquina. Seja como for, se não mantinham uma relação de coabitação, mesmo assim, Joana aproveitou as oportunidades: a viuvez do senhor e a proximidade relacional em uma pequena escravaria; talvez, tenha cuidado dos filhos do senhor. Pode ser que isso tenha contribuído para a preferência senhorial. Quem sabe não era, aos olhos do senhor,

fisicamente atrativa? Inclusive, na hora de testar e libertar Joana, ele mencionou que passou carta de liberdade à cativa pelos filhos concebidos e pelos “bons serviços prestados”. Importa salientar que com frequência, os senhores, ao libertarem, afirmavam os “bons serviços prestados”. Apesar de essa frase possuir um sentido *lato*, no cotidiano da escravidão, ela remete à visão que o senhor possuía da cativa, a despeito dos filhos tidos com ela. Seus serviços também foram cruciais para a manumissão.

Os números de manumissões encontrados nas duas freguesias depõem contra as alforrias de africanos (PEIXOTO, 2015). A liberdade era mais complacente com a terceira geração dos mancípios. Mas, o tempo de estada da cativa na sociedade fluminense, a despeito de suas estratégias, também a fez merecedora do prêmio da manumissão, que usualmente era concedido aos mais chegados. Se somarmos o seu primeiro registro encontrado, no batismo de Antônio, com a última das manumissões, onde a mencionada escrava ainda era cativa, lá se vão quase 16 anos. Com efeito, as memórias do cativo ainda eram latentes em Joana, mas ela estava mais que adaptada e com conhecimento dos atalhos que viabilizariam sua manumissão. Em Iguazu, freguesia de Joana, entre 1796-1813, 1.217 mães testemunharam o batismo de seus filhos. Apenas 3,4% (42) eram africanas (ACDNI-LBEPI/STOJ, 1790-1813). É possível depreender destes números que, mesmo em menor quantidade, os relacionamentos sexuais-afetivos poderiam propiciar ganhos às africanas, como ocorreu com Joana. É claro, nem todas escolheram esta via; umas contraíram matrimônio, já outras permaneceram solteiras. Aliás, algumas vezes as mulheres podiam ganhar mais sendo concubinas de um senhor do que esposa de um escravo (RUSSEL-WOOD, 2005, p. 262). Trocando em miúdos, a ascensão social passava pela escolha certa, diante das possibilidades disponíveis.

Ao que tudo indica a relação de Francisco da Costa com Joana foi muito além de um fortuito trato ilícito. Havia afetividade correspondida de ambos os lados. A personagem consentiu em uma relação afetiva/sexual com um senhor, e obteve êxito na sua escolha. Assim, à revelia de uma parte da historiografia sobre a mulher escrava ressaltá-las como vítimas (GORENDER, 1992, p. 344; PRADO JR, 1957), deve-se atentar para a agência destas mulheres diante das incertezas do cativo. No caso da cativa aludida, aproveitou as fissuras das estruturas e agiu de acordo com seus interesses

(BARTH, 1981). A culminância do êxito de sua estratégia veio no testamento do senhor, redigido em 14 de maio de 1828 e aberto em 8 de Dezembro de 1829:

Declaro que além dos filhos legítimos sobre/citados. Tive também oito filhos naturais, a saber: Paulino, Victoriana, Inacia, Custódio, Antônio, Joaquina, Francisco e Jacinta. Aos quais reconheço por meus filhos naturais todos de minha escrava que foi Joana de nação. Dos quais forrei três nascidos em cativo, que são Paulino, Ignácia e Victoriana, que libertei na pia como consta no livro de batismo da Parochia do seu nascimento; Custodio Antônio, Francisco, Joaquina e Jacinta, que nasceram da dita minha escrava Joana estando já forra, como consta da carta de liberdade que por minha vontade e sem contradição de pessoa alguma lhe conferi pelos bons serviços. Os quais todos mencionados filhos naturais entram como legítimos na herança de meus bens (ACDNI-LOPI-1817-1831).

No momento da abertura do testamento, apenas dois filhos legítimos do senhor com sua legítima esposa, Rosa Joaquina, ainda estavam vivos, mas os oito naturais nascidos de Joana encontravam-se vivos e foram reconhecidos no testamento como herdeiros legítimos. Tomaram parte em um sítio e terras que foram do provedor João da Costa, com engenhos de farinha e seus pertences e mais oito escravos. Certamente, foram oito egresso-parentes do cativo que reiteraram as hierarquias fluídas de Piedade de Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga.

Joana obteve ascensão social em área rural. É importante frisar que a historiografia tem focado com veemência a maior possibilidade de mobilidade social em áreas urbanas em detrimento de regiões rurais (SOARES, 1996, pp. 57-72; KARASCH, 2000; RUSSEL-WOOD, 2005; GRAHAM, 2012, pp. 25-65). No entanto: cabe a indagação: mobilidade social deve ser encarada apenas como a possibilidade de alforria? A meu ver, não. Em sociedades católicas com traços de Antigo Regime, os cativos também eram diferenciados devido às boas relações familiares, ao compadrio e às redes de relacionamentos, como no caso de Custódia.

CUSTÓDIA DE SOUZA: ALFORRIAS, MUDANÇA DE COR E HERANÇA IMATERIAL

Escrava de Úrsula Jacinta de Castilho e Antônio de Pina, Custódia conseguiu ascender socialmente de maneira diferente de Joana de nação. Ao preparar seu testamento em 1815, Antônio de Pina alforriou 24 cativos, 12 homens e 12 mulheres. A despeito de seu senhor alforriar a mesma quantidade de homens e mulheres, muita tinta ele gastou para justificar suas alforrias dizendo “por ser filho de Custódia”. A trajetória da preta sintetiza, bem, o que escrevemos até agora sobre mobilidade social. Em 1815, *a herança imaterial* (LEVI, 2000) que a cativa legara a seus filhos ainda falava, pois, o mencionado coronel, então viúvo, no momento de preparação de uma carta anexada ao testamento, alforriou e deixou legados financeiros para os filhos de sua escrava, porém ela já havia falecido, e sua proprietária, dona Úrsula, também.

Dona Úrsula era uma, dos cinco filhos de dona Inácia Maria de Tavares, viúva do Sargento Francisco Sanches de Castilhos, uma família respeitada no Recôncavo da Guanabara, com terras na Freguesia de Nossa senhora da Ajuda de Guapy, moradas de casas na cidade do Rio de Janeiro, no “Carmo” e braças de terras em Jacutinga. Não se sabe como Custódia chegou a Santo Antônio de Jacutinga, quiçá pertencia aos pais de sua proprietária e tenha entrado na partilha dos bens destinados à Dona Úrsula após o falecimento de sua mãe, Dona Inácia, ou tenha sido adquirida no mercado do Rio de Janeiro por algum senhor do Recôncavo que tenha repassado a cativa à sua senhora.

Seja como for, Custódia aparece em 1786 no registro de óbito de seu marido, o pardo forro, Manoel da Silva, neste momento ela é identificada como escrava de Dona Úrsula Jacinta de Castilho, esposa de Antônio de Pina (ACDNI-LOJ-1785-1809). Portadora de recursos, como todos os vassallos da sociedade colonial/imperial, a cativa buscou meios de sobreviver diante das incertezas que vigiam naquela sociedade e mover-se pelas fendas estruturais existentes. Uma destas foi o casamento, no caso dela, com pessoa de *status* superior ao seu, o pardo forro Manoel da Silva. No óbito de Manoel não há a causa de sua morte, talvez, sua idade fosse avançada. Inclusive, no Rio de Janeiro a historiografia tem indicado que os senhores mais velhos controlavam o *mercado matrimonial* (FLORENTINO e GÓES, 1997). Talvez ele fosse bem mais velho que ela. Para a cativa, casar com alguém que já conhecia as incertezas e os ditames desta sociedade, possibilitava maior segurança; soma-se a isso que, em sociedade com

traços de Antigo Regime, apesar das plasticidades nos relacionamentos, sobretudo no Brasil colonial/imperial, uma cativa casar com um forro era, na verdade, grande passo, principalmente se este forro fosse pardo (GUEDES, 2008; GRAGOSO, 2007).

Em que pesem as lacunas do *corpus* documental, não foram encontrados nascituros oriundos deste relacionamento. Seria uma opção da cativa e/ou do marido? Pode ser. Posto que, não obstante ser pardo-forro, o parto seguia o ventre, e, neste caso, filhos nascidos deste relacionamento seriam cativos. Ter filhos cativos poderia não ser a opção de seu marido. De qualquer forma, o tempo passou, e, ao ficar viúva, Custódia lançou-se ao *mercado matrimonial* de novo, e seguiu trabalhando como cativa de Dona Úrsula, talvez nos engenhos de farinha de sua proprietária, pois, apesar de seu marido ser dono de engenho de açúcar, Dona Úrsula era conhecida como produtora e vendedora de farinha de mandioca em Jacutinga (ACDNI-LOJ-1785-1809). Fosse qual fosse à atividade que tenha trabalhado Custódia teve êxito, inclusive no relacionamento com sua senhora, pois recebeu dela a promessa de liberdade (ANRJ-VC-Nº 1990, MAÇO, 2285).

Não há como precisar a data, mas a cativa casa de novo com um pardo, dessa vez escravo, Antônio Joaquim, e concebe Francisco Pereira (não consegui encontrar a data de seu batismo); em 15 de agosto de 1792 leva o segundo filho, Manoel, para ser batizado na matriz de Jacutinga, no assento o vigário Manoel Pinto de Pinho, à revelia dela ser identificada em outros registros como preta, registra-a como crioula. É necessário ressaltar que neste momento a cativa já aparece como sendo de propriedade do capitão Antônio de Pina. Dona Úrsula já havia falecido? Talvez. No registro de batismo não é mencionado o estado matrimonial de Antônio de Pina, mas busquei a referida senhora no livro de óbito da freguesia, entre os anos de 1785 a 1809, e não a encontrei. Por certo seu assento de óbito deve ter sido feito em outra freguesia.

Entre 1792 e 1804, a cativa aludida concebe mais seis crias batizadas: Bonifácio, Apolinário, Jacinto, Flora, Bernardina e Precioza (ACDNI-LBJ-1790-1807). Buscando as semelhanças e atentando para os religiosos, que eram os filtros desta sociedade na hora de realizarem os registros paroquias, e agentes que ajudavam a externar a *hierarquia costumeira*, percebe-se a variação no “modo de ver a cativa”. Bonifácio e Apolinário tiveram seus assentos pela pena do vigário Joaquim José de Oliveira e a

cativa continua como crioula. No assento de Jacinto, realizado em 22 de maio de 1798 pelo vigário Mariano José de Mendonça, Custódia permanece como de qualidade crioula. O mesmo vigário fez o assento de Flora em 16 de março de 1800 no oratório da fazenda São José do Rato, e, desta vez, a mãe da cativa é registrada como parda. Quase dois anos depois nasce Bernardina, batizada no mesmo oratório, registrada pelo mesmo vigário, Custódia permanece como parda. Outros dois anos à frente nasce Precioza, batizada no mesmo local e novamente o assento foi feito pelo mesmo vigário, mas, desta vez, Custódia deixou de ser parda e recebeu sobrenome, Custódia de Souza.

Os padrinhos dos filhos de Custódia também corroboram a trajetória de êxito que a cativa teve no Recôncavo da Guanabara. Se ela ou seu senhor que escolheu não se sabe, pois, o pai de Antônio de Pina, o comerciante Brás de Pina, em Irajá, no século XVIII, fazia questão de interferir na escolha dos padrinhos de sua escravaria (FRAGOSO, 2007), assim, não se sabe se Antônio de Pina fez como seu pai e escolheu os padrinhos dos filhos de Custódia. Fato é que a cativa utilizou bem a oportunidade de aparentar-se no momento do batismo para fazer alianças que pudessem, além de interagir e socializar na freguesia, proteger e, quiçá, elevar o *status* de sua família. Prova disto é que, entre 1790 e 1807 foram realizados 47 batismos de escravos do capitão Antônio de Pina, dos quais, entre padrinhos e madrinhas, apenas dez pessoas possuíam títulos de distinção social, como: padre, reverendo, capitão, alferes e Dona. Chama atenção que, deste total, sete apadrinharam os filhos de Custódia. No seio da escravaria de Antônio de Pina, portanto, suas escolhas eram diferentes, realmente a cativa era especial. Entre os padrinhos estavam: um padre, um reverendo e três alferes, além de dois outros sem identificação de *status* social. Enquanto que, entre as madrinhas, duas eram donas, uma santa protetora e em três batismos não consta a presença de madrinhas. Percebe-se que a cativa, na maioria das vezes, teve como padrinho e madrinha de seus filhos, pessoas de *status* social superior ao seu.

Quadro 5 - Custódia de Souza: mudanças de cor, batismos dos filhos e apadrinhamentos (Jacutinga 1786-1804)

Ano	Cores de Custódia	Batismo	Padrinho	Madrinha	Local do batismo
1786-1790	Preta	Francisco Pereira	SI	SI	SI
1792	Crioula	Manoel	Rev. Manoel Santos de Souza	D. Ana Tereza	Matriz de Jacutinga
1794	Crioula	Bonifácio	Rev. Manoel Santos de Souza	Sem	Matriz de Jacutinga
1796	Crioula	Apolinário	Alferes José de Oliveira Souza	Sem	Matriz de Jacutinga
1798	Crioula	Jacinto	Alferes Antônio da Mota Leite	D. Margarida	Matriz de Jacutinga
1800	Parda	Flora	Alferes Antônio José de Abreu	Sem	Oratório da fazenda São José do Rato
1801	Parda	Bernardina	Antônio Joaquim	D. Ricarda Rosa	Oratório da fazenda São José do Rato
1804	“sem cor”	Preciosa	Bento Pereira	Nossa senhora	Oratório da fazenda São José do Rato

Fontes: Livro de batismo da freguesia de Jacutinga, (1790-1807) ACDNI; Livro de óbitos da Freguesia de Jacutinga, (1785-1809) ACDNI; Testamento do coronel Antônio de Pina anexado no Inventário. ANRJ – Inventários. Fundo: Vara Cível do RJ - Inventariado Antônio de Pina; nº 1990; maço: 2285; ano inicial: 1817. **Sem identificação= SI**

Enfim, em 18 anos (1786-1804) a cativa conseguiu deixar de ser “preta” e ingressou no rol de pessoas “sem cor” que viviam em Jacutinga. Por certo, os requisitos necessários à mobilidade social em sociedades de Antigo Regime foram cumpridos por ela (HESPANHA, 2005, p. 123). Todavia, apesar ter cumprido o percurso que redundaria em mobilidade social, nomeadamente, o que de fato contribuiu para a mudança de cor de Custódia?

Quem sabe a disciplina diária nos engenhos do Capitão Antônio de Pina, ou, talvez, o fato de seu marido ser pardo, afinal, em alguns momentos, os responsáveis pelos registros seguiam a cor da família (GUEDES, 2007). Pode ser também que o local do batismo tenha interferido, pois a partir do momento que os filhos de Custódia foram batizados no oratório do engenho de seu senhor, a “cor desapareceu”. Quiçá, o prestígio do capitão tornava seus cativos especiais na freguesia de Jacutinga. Seja como for, certamente a personagem não era uma cativa comum, integrava a *elite da senzala* da família Pina e tudo isso contribuiu para mobilidade social da cativa, além de possíveis outros mecanismos que fizeram parte do *processo* de ascensão social da escrava de Jacutinga, mas que esta pesquisa não conseguiu descortinar.

Custódia teve oito filhos, todos com o pardo Antônio Joaquim. Infelizmente, depois do nascimento de Preciosa não encontrei a mencionada cativa nos registros de

Jacutinga, inclusive no de óbito, somente no testamento de Antônio de Pina, feito em 1814, no qual ela “reaparece” mencionada por seu senhor, mas o mesmo salienta que a cativa havia morrido. Ao que tudo indica, Custódia morreu como cativa, mas a mobilidade social era geracional e, neste sentido, a cativa teve êxito, pois seu legado imaterial ainda ressoava na escravaria do capitão Pina. Além de Francisco Pereira, os demais filhos da cativa receberam a liberdade nas últimas vontades do capitão Antônio de Pina e, também, legados como: dinheiro ou outro cativo. Aliás, convém salientar que, como têm enfatizado a historiografia que aborda as relações familiares e a mobilidade social em sociedades de Antigo Regime, a mobilidade social, geralmente, se processava nos descendentes. Assim, os postulantes à ascensão social deveriam ser “*honestos e justos*”, os filhos principalmente, andar como seus pais andaram (HESPANHA, 2005, pp. 123-125). Ao cativo que observasse o *código moral* salientado, o mover-se socialmente era uma das retribuições dessa *justiça*. A quebra deste *acordo social*, entretanto, requeria sanções para quem assim o fizesse. Francisco Pereira, por exemplo, não soube granjear a *herança material* (LEVI, 2000) deixada por sua mãe. Além de ter recebido a alforria, havia ganhado vinte e cinco mil e seiscentos réis nos despojos do capitão Antônio de Pina, mas não andou como sua mãe havia andado e teve suas benesses retiradas pelo senhor, que na *post escripta* da carta testamento, assim deixou:

Revogo todas as Esmolas dadas a Francisco Pereira, filho de Custódia, e de Antônio Joaquim, e a Florência crioula, por haverem me desmerecido e, por isso, os corri para fora da casa pelo dano gravíssimo que me faziam no meio da família. É, porém, minha última vontade, que as tais esmolos pertencentes aos referidos corridos de minha casa se repartam pelos filhos dos acima declarados, bem estendido a cada filho, ou filhos com igualdade (...) (ANRJ-VC-Nº 1990, MAÇO, 2285).

De fato, as relações verticais e horizontais estavam calcadas em acordos morais. Desta forma, valores, como: família, fé, reconhecimento senhorial e merecimento suplantavam questões econômicas, sobretudo no que tange ao reconhecimento senhorial que, em sociedades rurais, era vital para o estabelecimento de alianças. No caso de Francisco Pereira, a conduta dele e da escrava Florência, feriram a família, a *casa* de seu senhor e os “valores cristãos” vigentes naquela

sociedade. Infelizmente, não se sabe o que de fato ocorreu, mas algo fez com que as benesses fossem retiradas. Conclui-se, que as escolhas e comportamentos eram cruciais para a ascensão social no Brasil colonial/imperial, acima de tudo em áreas rurais.

Sumariando, através de inventário *post mortem*, testamentos e dos os registros paroquiais (batismo e óbito), pôde-se apurar as redes de relacionamentos e as escolhas no que tange à formação familiar e a consequente trajetória de Joana e Custódia. Nesta busca por sobrevivência e atenuação das agruras do cativo elas não foram às únicas; outros escravos, livres e libertos também buscavam melhores sortes e muitas vezes conseguiam. No entanto, é inegável que as mulheres tiveram enorme vantagem. Enfim, não se pretende afirmar que todos os cativos alcançaram a mobilidade social, obviamente não. Porém, a ascensão social, inclusive de africanas em áreas rurais, longe estava de ser algo incomum.

FONTES

ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU (ACDNI)

Livro de batismo de escravos de Piedade de Iguaçu (1796-1813) (LBEPI)

Livro de batismo de escravo Santo Antônio de Jacutinga (1790-1807). (LBEJ)

Livro de batismo de livres da Freguesia de Nossa senhora da Piedade de Iguaçu (1812-1826). (LBLPI)

Livro de óbitos de livres de Jacutinga (1785-1809). (LOJ)

Testamento de Manoel José de Abreu, anexado ao livro de óbito de Jacutinga (1785-1809).

Testamento de Francisco da Costa Vieira anexado ao livro de Óbito da Freguesia de Piedade de Iguaçu-1817-1831.

ARQUIVO NACIONAL

Testamento do coronel Antônio de Pina anexado no Inventário. Vara Cível do RJ, nº 1990; maço: 2285; ano inicial: 1817.

Fonte: Relatório Provincial do Rio de Janeiro. Ano de 1851. Disponível em www.crl.edu.br. (RPRJ)

FONTE IMPRESSA

ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. 3 e 4 vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, Fredrick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra-capta, 2000.

BEZERRA, Nielson Rosa. *Mosaicos da Escravidão: Identidades africanas e conexões atlânticas no recôncavo da Guanabara (1780-1840)*. Tese de Doutorado UFF, 2010.

_____. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2011.

_____. *As chaves da liberdade: confluência da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro*. Niterói: EdUUF, 2008.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. “Mulheres Forras – Riqueza e estigma social”. In: Revista tempo. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000, vol.5, nº 9.

_____. *Damas Mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (Século XVIII-1850)*. In: SOARES, Mariza de Carvalho. (Organizadora). *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: da Baía do Bením ao Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes: uma difícil via crucis ainda a caminho da redenção*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro*. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla. (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos*

Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 48ª Edição, São Paulo: Global Editora, 2003.

GOMES, Flávio e SOARES, L. C. “Dizem as quituteiras...” *Ocupação urbana e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, Século XIX*. Acervo, Rio de Janeiro, V15, nº 2, pp. 3-16, jul./dez 2002.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1992, p. 344.

GRAHAM, Sandra L. *Ser Mina No Rio de Janeiro no século XIX*. Rev. afro-ásia, 45(2012).

GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.

_____. *Egressos do cativo. Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX)*. Cadernos de Ciências Humanas, Especiaria. v. 10, n. 18, jul. - dez. 2007, pp. 489-518.

HESPANHA, Antônio Manuel. “Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna”. *Análise Social*, vol. XXVIII(123-124), 1993, pp. 955-967.

_____. *A mobilidade Social na Sociedade de Antigo Regime*. Rev. Tempo. vol. 11, nº 21, julho de 2006.

KARASCH, M. *A Vida escrava no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

KOK, Jan. *Principles and Prospects of the Life Course Paradigm*. *Annales de démographie historique*, 2007/1 nº 113, pp. 203-230.

LEVI, Giovanni. “Terra e strutture familiari in una comunità piemontese del 700.” In: *Quaderni Storici*, n. 33, a. XI (3), 1976, pp. 1095-1221.

_____. “Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Civilização Brasileira, 2000.

_____. LEVI, Giovanni. *Reciprocidade mediterrânea*. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MACHADO, Cacilda; FLORENTINO, M. *Migrantes portugueses, mestiçagem e alforrias no Rio de Janeiro imperial*. In: Manolo Garcia Florentino. (Org.). *Tráfico, cativo e*

liberdade (rio de janeiro, séculos XVII - XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 367-388.

_____. *A Trama das Vontades: negros pardos e brancos na produção da hierarquia social no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

PEDROZA, Manoela. *A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial*. In FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *História do Brasil colonial volume 3 (ca. 1720-ca. 1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 381-418.

PEIXOTO, M. *Mulheres escravas: alforria, trabalho e mobilidade social, (Piedade de Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga, Rio de Janeiro, 1780-1870)*. Dissertação de Mestrado em História, PPHR-UFRRJ.

PEREIRA, Waldick. *A mudança da vila*. Duque de Caxias. Arsgráfica. 1970.

PERES, Guilherme. *Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense: ensaio*. Rio de Janeiro: Gráfica Shaovan, 2000.

PRADO, Jr. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1989.

RODRIGUES, A. P. S. *Famílias, Casas e Engenhos: A preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade de Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga, séculos XVII e XVIII)*. Dissertação de Mestrado em História. UFRRJ, 2013.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. 1994. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1994.

_____. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro - (ca. 1650 – ca. 1750)*. Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2001. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SOARES, Mariza. *Engenho sim, de açúcar não; o engenho de farinha de Frans Post*. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: pp. 61-83, jan/jun 2009.

SOARES, Márcio Souza. *A remissão do cativo: a dívida da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases*. ca. 1730 – ca.1830. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2009.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

SOARES, Cecília Moreira. *“As ganhadeiras”:* Mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. Afro-Ásia, n. 17, 1996, pp. 57-72.

VAINFAS, Ronaldo. *O trópico dos pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Compadrio e rede familiar entre forras de Vila Rica, 1713 - 1804*. JORNADA SETECENTISTA, 5, 2003, Curitiba. Anais. Curitiba, 2003.

ZONABEND, Françoise. "*Da família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família*". In: André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen y Françoise Zonabend (coords.), *Historia da família*. Tomo I. Madrid: Alianza Editorial. 1986.

Recebido em 16 de abril de 2016.

Aceito em 18 de junho de 2016.